

Roteiro de mudanças

Nenhuma ação governamental, em qualquer plano, será eficaz se a inflação não for revertida. Como o novo Presidente precisa de resultados imediatos, porque tem à frente a necessidade de influenciar a eleição parlamentar de outubro — passo essencial à estabilidade e à eficiência do seu governo — tem-se que o combate à inflação não poderá ser gradual como previsto no seu programa. Ela terá que despencar nos primeiros meses ainda que se mantenha um pouco acima do nível que em geral se considera o índice possível no Brasil.

Para que a inflação caia nas primeiras semanas e se mantenha caindo é, em primeiro lugar, necessário que o novo governo recuse os conselhos do atual ministro da Fazenda para quem há apenas duas verdades no Brasil — a dos juros altíssimos e a da rolagem diária da dívida pública no sufoco do *overnight*, os dois artifícios a que se resume o seu pobre programa econômico.

Ao contrário do que solicita o ministro, é preciso fazer, de imediato, as duas coisas opostas: baixar os juros e substituir grande parte dos títulos por letras de médio prazo. Assim, o novo governo estará sinalizando a nova direção que os ativos financeiros deverão tomar, o setor produtivo. É na produção — quanto mais produtos disponíveis no mercado melhor — que se haverá de encontrar o antídoto contra a inflação que é, classicamente, o desequilíbrio entre oferta e demanda de bens e serviços. O Brasil precisa voltar a produzir para obter economia de escala e

para consolidar a sua opção política pela economia de mercado. Para fazê-lo é indispensável, em primeiro lugar, fazer retornar o capital ao único lugar onde ele tem função, mas é necessário mais. Cumple restabelecer as condições de competitividade no mercado livrando-o das distorções a que por longos anos as políticas públicas vêm sendo submetidas. Por exemplo, os subsídios, inclusive e principalmente os que privilegiam exportadores: as reservas de mercado que premiam ineficiências; as concessões públicas que outorgam privilégios e destroem a igualdade de oportunidades e a sonegação que também deformam a competitividade dentro da economia, além de constituir crime.

Está aqui, sucintamente enunciado, um elenco vasto de mudanças que o Presidente poderá operar com toda possibilidade de êxito. Ele tem a autoridade do voto e a isenção que decorre da ausência de compromisso. Duvidamos que não tenha o apoio do Congresso para implementar medidas moralizadoras seja no âmbito do Estado seja no âmbito da sociedade. Não que não hajam ali quistas de resistência à mudança. Há e muitos. Mas não terão autoridade política para levantar a voz enquanto o governo estiver fortalecido pelo voto.

O presidente Fernando Collor precisa saltar etapas porque seu tempo é curto até a eleição. Se perder tempo — ouvindo conselhos de quem não pode dá-los — ele será surpreendido por um Congresso fortemente ideológico após a eleição de outubro.